

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
1 . CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	10
3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	11
4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	13
5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES .....	14
6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	15
7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR .....	15
8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	16
9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO .....	17
10 . ATIVOS FINANCEIRO DA CONCESSÃO .....	18
11 . INVESTIMENTOS .....	19
12 . IMOBILIZADO .....	21
13 . INTANGÍVEL .....	23
14 . FORNECEDORES .....	24
15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	25
16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	26
17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	28
18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	28
19 . PROVISÕES.....	31
20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
21 . RECEITA.....	33
22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	35
23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	36
24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	37
25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO .....	38
26 . MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	44
27 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	45
28 . DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	47
29 . DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA.....	48
30 . DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR ATIVIDADE.....	49
31 . EVENTOS SUBSEQUENTES .....	49
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	50

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.417.623	3.043.715	2.110.555	2.834.476
Consumidores e Revendedores	5	366.978	564.688	361.008	364.149
Concessionários – Transporte de Energia		112.660	67.727	62.016	67.727
Ativo Financeiro - Concessão	10	360.719	41.207	42.592	41.207
Tributos Compensáveis	6	63.038	67.587	57.923	64.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	458.060	177.997	448.241	147.755
Revendedores – Transações Energia Livre		31.084	46.028	31.084	46.028
Estoques		7.347	4.707	6.102	3.478
Outros Créditos		108.994	91.895	92.648	71.291
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.926.503</b>	<b>4.105.551</b>	<b>3.212.169</b>	<b>3.640.875</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Consumidores e Revendedores	5	-	46.188	-	46.188
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	196.242	195.584	195.567	189.660
Tributos Compensáveis	6	9.593	10.823	7.869	10.823
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	3.140	1.250	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	9	115.455	89.245	113.438	87.870
Créditos com Pessoas Ligadas		4.353	18.244	2.905	12.906
Outros Créditos		53.525	18.541	8.523	9.391
Ativo Financeiro - Concessão	10	3.501.010	2.214.029	705.053	689.020
Investimentos	11	-	-	2.840.300	1.729.922
Imobilizado	12	6.909.982	6.921.206	6.023.036	6.275.991
Intangível	13	501.489	500.845	38.866	36.014
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.294.789</b>	<b>10.015.955</b>	<b>9.935.557</b>	<b>9.087.785</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>15.221.292</b>	<b>14.121.506</b>	<b>13.147.726</b>	<b>12.728.660</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	693.000	4.616.973	585.353	4.360.947
Debêntures	16	203.126	3.365	196.470	3.365
Fornecedores	14	133.485	147.553	109.538	83.978
Impostos, Taxas e Contribuições	15	80.974	67.964	77.538	64.057
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	335.288	26.136	331.184	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		186.234	917.054	186.234	917.054
Salários e Encargos Sociais		56.221	75.900	52.188	74.105
Encargos Regulatórios	17	49.410	44.449	42.248	40.253
Participações nos Lucros		17.071	22.896	17.071	22.894
Dívidas com Pessoas Ligadas		188	43.917	188	53.705
Obrigações Pós-Emprego	18	17.526	18.895	17.526	18.895
Obrigações com Instrumentos Financeiros		-	3.149	-	-
Outras Obrigações		39.002	42.679	35.827	40.275
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.811.525</b>	<b>6.030.930</b>	<b>1.651.365</b>	<b>5.679.528</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	3.135.844	1.761.263	1.948.104	983.614
Debêntures	16	3.527.220	437.693	3.013.074	275.869
Provisões	19	7.122	9.659	6.089	9.601
Obrigações Pós-Emprego	18	413.986	411.064	413.986	411.064
Impostos, Taxas e Contribuições	15	129.281	47.263	75.854	47.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	705.637	723.202	602.795	644.345
Encargos Regulatórios	17	71.703	59.266	71.703	59.266
Concessões a Pagar		69.987	73.441	56.973	61.072
Outras Obrigações		82.138	48.884	40.934	38.197
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.142.918</b>	<b>3.571.735</b>	<b>6.229.512</b>	<b>2.530.291</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9.954.443</b>	<b>9.602.665</b>	<b>7.880.877</b>	<b>8.209.819</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20				
Capital Social		3.296.785	2.896.785	3.296.785	2.896.785
Reservas de Lucros		266.112	666.112	266.112	666.112
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		938.769	1.030.269	938.769	1.030.269
Ajuste Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		1.993	-	1.993	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		763.190	(74.325)	763.190	(74.325)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.266.849</b>	<b>4.518.841</b>	<b>5.266.849</b>	<b>4.518.841</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.221.292</b>	<b>14.121.506</b>	<b>13.147.726</b>	<b>12.728.660</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>RECEITA</b>	21	<b>2.903.023</b>	<b>2.590.434</b>	<b>2.538.418</b>	<b>2.489.899</b>
<b>CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	22				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(192.809)	(208.356)	(199.287)	(208.356)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(242.334)	(116.716)	(242.270)	(116.227)
		(435.143)	(325.072)	(441.557)	(324.583)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(167.778)	(161.728)	(154.481)	(161.695)
Participação dos Empregados		(27.396)	(21.947)	(27.396)	(21.947)
Materiais		(14.220)	(9.656)	(11.348)	(9.618)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia		-	(4.070)	-	(4.070)
Serviços de Terceiros		(100.124)	(65.900)	(75.466)	(65.578)
Depreciação e Amortização		(283.044)	(320.216)	(271.915)	(297.176)
Reversões (Provisões) Operacionais		5.777	(860)	5.542	(860)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(100.774)	(105.163)	(100.713)	(105.163)
Custo de Construção		(67.821)	(67.075)	-	-
Outros Custos de Operação		(98.334)	(62.884)	(93.020)	(62.605)
		(853.714)	(819.499)	(728.797)	(728.712)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(1.288.857)</b>	<b>(1.144.571)</b>	<b>(1.170.354)</b>	<b>(1.053.295)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.614.166</b>	<b>1.445.863</b>	<b>1.368.064</b>	<b>1.436.604</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	22				
Reversões (Despesas) com Vendas		453	(289)	453	(52)
Despesas Gerais e Administrativas		(74.799)	(114.286)	(74.799)	(112.855)
Outras Despesas Operacionais		(20.504)	(17.842)	(18.943)	(17.738)
		(94.850)	(132.417)	(93.289)	(130.645)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)</b>		<b>1.519.316</b>	<b>1.313.446</b>	<b>1.274.775</b>	<b>1.305.959</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	128.829	1.770
Resultado Financeiro Líquido	23	(361.560)	(180.935)	(295.651)	(175.980)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>1.157.756</b>	<b>1.132.511</b>	<b>1.107.953</b>	<b>1.131.749</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	8 b	(350.611)	(393.773)	(319.673)	(393.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8 b	16.605	72.451	35.470	72.811
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>823.750</b>	<b>811.189</b>	<b>823.750</b>	<b>811.189</b>
<b>Resultado Básico por ação preferencial e ordinária</b>				<b>0,2844</b>	<b>0,2800</b>
<b>Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária</b>				<b>0,2844</b>	<b>0,2800</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>2.896.785</b>	<b>666.112</b>	<b>1.030.269</b>	-	<b>(74.325)</b>	<b>4.518.841</b>
Aumento de Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Aquisição de controlada em conjunto –Efeito reflexo da Adoção de normas contábeis	-	-	-	-	81.421	81.421
Resultado do Período	-	-	-	-	823.750	823.750
Realização da Reseva de Ajustes de Avaliação	-	-	(91.500)	-	91.500	-
Destinação do lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(159.156)	(159.156)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	1.993	-	1.993
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010</b>	<b>3.296.785</b>	<b>266.112</b>	<b>938.769</b>	<b>1.993</b>	<b>763.190</b>	<b>5.266.849</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Exercício	823.750	811.189	823.750	811.189
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	283.354	320.751	272.226	297.402
Baixas Líquidas de Imobilizado	19.284	2.541	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(128.829)	(1.770)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	32.730	(30.553)	31.084	(30.553)
Impostos Federais Diferidos	(16.605)	(72.451)	(35.470)	(39.398)
Provisões para Perdas Operacionais	(2.537)	1.988	(3.512)	1.988
Obrigações Pós-emprego	18.944	21.936	18.944	21.396
Outros	1.743	9.058	-	-
	1.160.663	1.064.459	978.193	1.060.254
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	197.710	(33.163)	3.141	(31.478)
Revendedores – Transações com energia livre	14.944	4.956	14.944	4.956
Tributos Compensáveis	(276.174)	(295.396)	(290.691)	(295.090)
Transporte de Energia	(44.933)	(18.836)	-	-
Outros Ativos Circulantes	(19.739)	(85.165)	(35.688)	(31.854)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(53.631)	-	(53.631)
Outros Realizáveis a Longo Prazo	23.352	(7.767)	55.314	1.091
Depósito Judiciais	(26.210)	(22.843)	(25.568)	(22.843)
	(131.050)	(511.845)	(278.548)	(428.849)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(14.068)	(31.558)	25.560	(42.099)
Tributos e Contribuição Social	402.562	480.679	361.269	446.189
Salários e Contribuições Sociais	(19.679)	13.724	(21.917)	13.300
Encargos Regulatórios	4.961	(10.778)	1.995	(10.778)
Empréstimos e Financiamentos	234.419	309.791	182.751	(223.241)
Obrigações Pós-Emprego	(17.391)	(14.216)	(17.391)	(13.676)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(3.149)	39.370	-	39.370
Outros	72.420	(7.484)	27.849	21.103
	660.075	779.528	560.116	230.168
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.689.688</b>	<b>1.332.142</b>	<b>1.259.761</b>	<b>861.573</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos Obtidos	3.367.826	450.169	2.755.316	450.169
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.895.079)	(4.758)	(2.849.945)	(16.481)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(889.976)	(500.774)	(889.976)	(500.774)
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(417.229)</b>	<b>(55.363)</b>	<b>(984.605)</b>	<b>(67.086)</b>

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	(979.806)	(311.453)
No Ativo Financeiro	(1.606.493)	(99.998)	-	-
No Imobilizado	(291.414)	(524.118)	(19.271)	(36.042)
No Intangível	(644)	(99.858)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.898.551)	(723.974)	(999.077)	(347.495)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(626.092)</b>	<b>552.805</b>	<b>(723.921)</b>	<b>446.992</b>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do período	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
No fim do período	2.417.623	1.414.903	2.110.555	1.299.205
	<b>(626.092)</b>	<b>552.805</b>	<b>(723.921)</b>	<b>446.992</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1 . CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina Eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.



- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) ( controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A Taesa possui as seguintes sociedades por ela controlada e ou controlada em conjunto: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda.
- Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) (Controlada em conjunto) – Participação de 62,80% na Transmissora Alterosa de Energia S.A.
- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto) – Participação de 29,42% na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em setembro de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em outubro de 2010.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.

Controladas e ou controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio Energia S.A. localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012.
- Lightger (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

### 2.2) Informações Trimestrais de 2010 e Demonstrações Financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº 449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as Informações trimestrais-ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado dos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	30/09/2010	31/12/2009
<b>Patrimônio Líquido Anteriormente apresentado</b>	<b>4.236.882</b>	<b>3.562.897</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	938.769	1.030.617
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	9.510	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	187.553	121.668
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	(1.443)	(1.456)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(20.911)	(26.748)
Obrigações pós emprego	(127.157)	(111.610)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	43.646	(65.676)
<b>Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis</b>	<b>1.029.967</b>	<b>955.944</b>
<b>Patrimônio Líquido ajustado (reapresentado)</b>	<b>5.266.849</b>	<b>4.518.841</b>

	30/09/2010	30/09/2009
<b>Resultado do trimestre anteriormente apresentado</b>	<b>831.148</b>	<b>1.003.849</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	(91.500)	(104.655)
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	(1.181)	686
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	50.639	1.347
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	6	(1.091)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	2.278	(930)
Obrigações pós emprego	(7.774)	(10.623)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	40.134	(77.394)
<b>Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis</b>	<b>(7.398)</b>	<b>(192.660)</b>
<b>Resultado do trimestre ajustado (reapresentado)</b>	<b>823.750</b>	<b>811.189</b>

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

### 3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	30/09/2010	31/12/2009
<b>Controlada</b>		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
<b>Controladas em conjunto</b>		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	32,27	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	36,23	49,00
Transmissora Alvorada de Energia S.A.	74,50	-
Lightger S.A.	49,00	-

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos Investimentos como: taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir estas obrigações.

#### 4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	54.267	20.510	7.167	12.522
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	2.078.126	2.820.547	2.018.477	2.648.339
Notas do Tesouro Nacional	149.090	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	47.684	88.893	13.353	66.598
Letras do Tesouro Nacional	20.287	6.538	20.287	6.538
Outros	68.169	107.227	51.271	100.479
	<b>2.363.356</b>	<b>3.023.205</b>	<b>2.103.388</b>	<b>2.821.954</b>
	<b>2.417.623</b>	<b>3.043.715</b>	<b>2.110.555</b>	<b>2.834.476</b>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas, em Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de Caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

## 5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2010	31/12/2009
<b>Controladora</b>					
Industrial	175.723	7.918	6.099	189.740	192.180
Comércio, Serviços e Outras	785	11	-	796	-
Suprimento a Outras Concessionárias	121.425	38.638	12.329	172.392	220.529
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.920)	(1.920)	(2.372)
	<b>297.933</b>	<b>46.567</b>	<b>16.508</b>	<b>361.008</b>	<b>410.337</b>
<b>Circulante</b>				<b>361.008</b>	<b>364.149</b>
<b>Não Circulante</b>				-	<b>46.188</b>
<b>Controladas</b>					
Industrial	706	-	-	706	1.108
Comércio, Serviços e Outras	5.264	-	-	5.264	1.622
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	197.809
	<b>5.970</b>	-	-	<b>5.970</b>	<b>200.539</b>
<b>Total Consolidado</b>	<b>303.903</b>	<b>46.567</b>	<b>16.508</b>	<b>366.978</b>	<b>610.876</b>
<b>Circulante</b>				<b>366.978</b>	<b>564.688</b>
<b>Não Circulante</b>				-	<b>46.188</b>

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

## 6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	39.050	42.069	36.865	40.984
PASEP	4.149	4.511	3.667	4.228
COFINS	19.046	20.704	16.815	19.400
Outros	793	303	576	152
	<b>63.038</b>	<b>67.587</b>	<b>57.923</b>	<b>64.764</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	8.223	7.742	7.742	7.742
PASEP	245	550	23	550
COFINS	1.125	2.531	104	2.531
	<b>9.593</b>	<b>10.823</b>	<b>7.869</b>	<b>10.823</b>
	<b>72.631</b>	<b>78.410</b>	<b>65.792</b>	<b>75.587</b>

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até março de 2012.

## 7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	339.194	138.866	330.104	120.019
Contribuição Social	118.866	39.131	118.137	27.736
	<b>458.060</b>	<b>177.997</b>	<b>448.241</b>	<b>147.755</b>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	3.140	1.250	-	-
	<b>461.200</b>	<b>179.247</b>	<b>448.241</b>	<b>147.755</b>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados no exercício, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

## 8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Obrigações Pós-Emprego	79.574	76.524	79.574	76.524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	643	797	643	797
Instrumentos Financeiros	14.316	14.153	14.316	14.153
Variação Cambial	35.585	35.342	35.585	35.342
Taxa Administração – IFRS	746	749	746	749
Concessão onerosa – IFRS	49.328	51.046	49.328	51.046
Provisões	2.070	3.264	2.070	3.264
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	6.221	-	6.221	-
Outros	7.759	13.709	7.084	7.785
	<b>196.242</b>	<b>195.584</b>	<b>195.567</b>	<b>189.660</b>

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2010, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	30/09/2010	30/09/2010
2010	26.058	25.969
2011	58.325	58.125
2012	43.151	43.002
2013	29.691	29.589
2014	22.614	22.536
2015 a 2017	16.403	16.346
	<b>196.242</b>	<b>195.567</b>



## b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.157.756	1.132.511	1.107.953	1.131.749
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(393.637)	(385.054)	(376.704)	(384.795)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	54.113	54.329	54.113	54.329
Incentivos Fiscais (a)	14.305	8.903	10.395	8.903
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	43.802	602
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.630)	(1.796)	(2.630)	(1.796)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	-	(11.423)	-	(11.423)
Créditos Fiscais não reconhecidos	690	384	690	384
Outros	(6.847)	13.335	(13.869)	13.236
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva</b>	<b>(334.006)</b>	<b>(321.322)</b>	<b>(284.203)</b>	<b>(320.560)</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(350.611)</b>	<b>(393.773)</b>	<b>(319.673)</b>	<b>(393.371)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>16.605</b>	<b>72.451</b>	<b>35.470</b>	<b>72.811</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>28,85%</b>	<b>28,37%</b>	<b>25,65%</b>	<b>28,32%</b>

### (a) Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional, por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu laudos constitutivos nº 169/2004 e nº 260/2003, que outorgam à parte das controladas da TAESA benefícios fiscais relativos à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

## 9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Trabalhista</b>	34.505	36.295	34.427	36.254
<b>Obrigações Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	69.382	41.959	69.095	41.793
Outros	1.835	1.764	988	1.281
<b>Outros</b>	1.719	1.213	914	528
	<b>115.455</b>	<b>89.245</b>	<b>113.438</b>	<b>87.870</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

## 10 . ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Concessões de transmissão novas	3.114.084	1.525.009	-	-
Concessões de transmissão antigas	747.645	730.227	747.645	730.227
	<b>3.861.729</b>	<b>2.255.236</b>	<b>747.645</b>	<b>730.227</b>
<b>Circulante</b>	<b>360.719</b>	<b>41.207</b>	<b>42.592</b>	<b>41.207</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.501.010</b>	<b>2.214.029</b>	<b>705.053</b>	<b>689.020</b>

## 11 . INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	22.964	22.715
Guanhães Energia	10.298	10.191
Hidrelétrica Pipoca	16.739	18.027
Cemig Baguari Energia	7	18
Baguari Energia	181.373	178.969
EBTE	107.103	78.423
Central Eólica Praias de Parajuru	33.534	37.124
Central Eólica Volta do Rio	64.925	61.082
Central Eólica Praias de Morgado	29.253	28.256
TAESA	882.375	785.177
Transmissora Alterosa	418.582	15.260
Transmissora Alvorada	540.342	-
Madeira Energia	17.906	-
Lightger	37.439	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	380.341	389.959
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	29.151	30.070
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	26.910	30.808
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	41.058	43.843
	<b>2.840.300</b>	<b>1.729.922</b>

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2010			Janeiro a setembro de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.865	2.622	8.516
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.016	-	1.408
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	34.161	-	2.971
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	7	-	(17)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	359.100	179.056	-	(131.195)
Baguari Energia	10.000	69,39	10	261.346	-	(119)
EBTE	198.200.000	49,00	198.200	198.199	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	63.184	-	(8.250)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	123.322	-	(588)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	54.721	-	(1.599)
LIGHTGER	70.085.000	49,00	70.085	76.406	-	447
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.535	2.112.015	-	238.062
Transmissora Alterosa	641.026.832	36,23	1.023.155	1.035.035	-	14.992
Transmissora Alvorada	471647.403	74,50	633.084	649.796	-	16.713

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.770	61	11.576
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.799	-	1.191
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	36.790	-	(2.978)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(101.408)	-	(68.777)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	257.926	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	160.164	-	3.665
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	75.763	-	1.800
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.242	124.657	-	3.736
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	57.655	-	1.657
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.433.148	-	358.522
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	31.142	-	(3.112)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/09/2010
Hidrelétrica Cachoeirão	22.715	4.173	-	(3.920)	(4)	22.964
Guanhães Energia	10.191	690	-	-	(583)	10.298
Hidrelétrica Pipoca	18.027	(1.455)	-	-	167	16.739
Cemig Baguari Energia	18	(12)	-	-	1	7
Madeira Energia	-	(13.119)	35.900	-	(4.875)	17.906
Baguari Energia	178.969	(34)	2.487	-	(49)	181.373
EBTE	78.423	7.990	20.433	-	257	107.103
Central Eólica Praias de Parajuru	37.124	(4.157)	342	(28)	253	33.534
Central Eólica Volta do Rio	61.082	(800)	3.780	-	863	64.925
Central Eólica Praias de Morgado	28.256	(1.286)	1.912	-	371	29.253
TAESA	785.177	101.880	-	-	(4.682)	882.375
Transmissora Alterosa	15.260	11.970	355.818	-	35.534	418.582
Transmissora Alvorada	-	22.804	471.646	-	45.892	540.342
Lightger	-	185	37.254	-	-	37.439
	<b>1.235.242</b>	<b>128.829</b>	<b>929.572</b>	<b>(3.948)</b>	<b>73.145</b>	<b>2.362.840</b>

#### b ) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos minoritários, por meio da Empresa Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17%, das ações, até então, em poder dos acionistas minoritários, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001 851 (R\$15,57 por ação).

Foi apurada uma diferença entre o preço de aquisição e o valor contábil da participação de R\$523.367 correspondente à mais valia do ativo financeiro a ser recebido no prazo previsto da concessão pelo regulador. A amortização da mais valia de ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

### c) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas e Controladas em Conjunto, decorrente da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

## 12 . IMOBILIZADO

Controladora	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>16.555.480</b>	<b>(10.650.173)</b>	<b>5.905.307</b>	<b>6.136.538</b>
Terrenos	379.803	-	379.803	379.659
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.226.277	(4.547.196)	2.679.081	2.788.094
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.983.971	(1.383.399)	600.572	636.235
Máquinas e Equipamentos	6.938.170	(4.703.170)	2.235.000	2.330.356
Veículos	16.729	(6.708)	10.021	1.338
Móveis e Utensílios	10.530	(9.700)	830	856
<b>Em Curso</b>	<b>117.729</b>	<b>-</b>	<b>117.729</b>	<b>139.453</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>16.673.209</b>	<b>(10.650.173)</b>	<b>6.023.036</b>	<b>6.275.991</b>

Consolidado	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço - Controladas</b>	<b>60.573</b>	<b>(4.162)</b>	<b>56.411</b>	<b>60.696</b>
Terrenos	889	-	889	889
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	23.423	(770)	22.653	23.020
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.048	(263)	6.785	6.917
Máquinas e Equipamentos	29.194	(3.127)	26.067	29.851
Móveis e Utensílios	19	(2)	17	19
<b>Em Curso - Controladas</b>	<b>830.535</b>	<b>-</b>	<b>830.535</b>	<b>584.519</b>
<b>Total do Imobilizado - Controladas</b>	<b>891.108</b>	<b>(4.162)</b>	<b>886.946</b>	<b>645.215</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>17.564.317</b>	<b>(10.654.335)</b>	<b>6.909.982</b>	<b>6.921.206</b>

## Movimentação 2010

Controladora	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2010
<b>Em Serviço</b>	<b>6.136.538</b>	<b>63.832</b>	<b>(19.284)</b>	<b>(275.779)</b>	<b>5.905.307</b>
Terrenos	379.659	153	(9)	-	379.803
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.788.094	1.069	(4.622)	(105.460)	2.679.081
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	636.235	686	(1.772)	(34.577)	600.572
Máquinas e Equipamentos	2.330.356	51.630	(12.820)	(134.166)	2.235.000
Veículos	1.338	10.274	(61)	(1.530)	10.021
Móveis e Utensílios	856	20	-	(46)	830
<b>Em Curso</b>	<b>139.453</b>	<b>(21.724)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.729</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>6.275.991</b>	<b>42.108</b>	<b>(19.284)</b>	<b>(275.779)</b>	<b>6.023.036</b>

Controladas	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2010
<b>Em Serviço</b>	<b>60.696</b>	<b>2.537</b>	<b>-</b>	<b>(6.822)</b>	<b>56.411</b>
Terrenos	889	-	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	23.020	-	-	(368)	22.652
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.917	-	-	(132)	6.785
Máquinas e Equipamentos	29.851	2.537	-	(6.321)	26.067
Móveis e Utensílios	19	-	-	(1)	18
<b>Em Curso</b>	<b>584.519</b>	<b>246.016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>830.535</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladas</b>	<b>645.215</b>	<b>248.553</b>	<b>-</b>	<b>(6.822)</b>	<b>886.946</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>6.921.206</b>	<b>290.661</b>	<b>(19.284)</b>	<b>(282.601)</b>	<b>6.909.982</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto as eólicas, preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na Geração e Transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

### 13 . INTANGÍVEL

Controladora	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	12.859	(1.361)	11.498	11.632
Concessão onerosa	26.755	(6.859)	19.896	20.544
Ativos em formação	1.231	-	1.231	2.011
Outros	35.500	(29.259)	6.241	1.827
<b>Intangível Líquido - Controladora</b>	<b>76.345</b>	<b>(37.479)</b>	<b>38.866</b>	<b>36.014</b>

Controladas	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>524.792</b>	<b>(40.363)</b>	<b>484.429</b>	<b>234.155</b>
Servidão	12.971	(1.361)	11.610	11.752
Concessão onerosa	26.755	(6.859)	19.896	20.544
Ativos da concessão	349.775	(222)	349.553	93.365
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	99.779	(2.660)	97.119	104.722
Outros	35.512	(29.261)	6.251	3.772
<b>Em Curso</b>	<b>17.060</b>	<b>-</b>	<b>17.060</b>	<b>266.690</b>
Ativos em formação	17.060	-	17.060	266.690
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>541.852</b>	<b>(40.363)</b>	<b>501.489</b>	<b>500.845</b>

A movimentação do Ativo Intangível em 2010 é como segue:

	31/12/2009	Adição	Baixa	Amortização	Transfência	30/09/2010
<b>Em Serviço</b>	<b>234.155</b>	<b>15.549</b>	<b>(2.256)</b>	<b>(5.351)</b>	<b>242.332</b>	<b>484.429</b>
Servidão	11.752	-	-	(142)	-	11.610
Concessão onerosa	20.544	-	-	(648)	-	19.896
Ativos da concessão	198.087	10.179	(2.256)	(1.670)	242.332	446.672
Outros	3.772	5.370	-	(2.891)	-	6.251
<b>Em Curso</b>	<b>266.690</b>	<b>13.273</b>	-	-	<b>(262.903)</b>	<b>17.060</b>
Ativos em formação	266.690	13.273	-	-	(262.903)	17.060
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>500.845</b>	<b>28.822</b>	<b>(2.256)</b>	<b>(5.351)</b>	<b>(20.571)</b>	<b>501.489</b>

Os Ativos Intangíveis, Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros, são amortizáveis pelo método linear com utilização da taxas utilizadas definidas pela ANEEL 367/09 de 02 de junho de 2009.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida, e vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos pela ANEEL.

O montante de Intangível em Serviço e totalmente amortizado representava R\$19.244 em 30 de setembro de 2010 (R\$17.890 em 31 de dezembro de 2009).

## 14 . FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Mercado Atacadista - CCEE	17.270	2.330	17.270	2.330
Cemig Distribuição	3.090	4.093	3.090	4.093
Furnas	3.748	4.222	3.748	4.222
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.011	3.102	3.011	3.102
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.528	2.845	2.528	2.845
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.347	2.031	2.347	2.031
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.870	1.969	1.870	1.969
Repasse Final RTE	9.669	-	9.669	-
Outros Geradores e Distribuidores	49.918	40.733	45.941	31.160
	93.451	61.325	89.474	51.752
Materiais e Serviços	40.034	86.228	20.064	32.226
	<b>133.485</b>	<b>147.553</b>	<b>109.538</b>	<b>83.978</b>

A conclusão de alguns Processos Judiciais, em andamento, movidos por Agentes do Mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre, durante o Racionamento, poderá implicar alterações nos montantes registrados. Vide comentários na Nota Explicativa nº 19.



## 15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
ICMS	27.842	26.736	27.474	26.483
COFINS	22.908	21.736	21.817	21.198
PASEP	10.233	9.976	9.993	9.859
INSS	3.583	3.859	3.156	3.686
Outros	16.408	5.657	15.098	2.831
	<b>80.974</b>	<b>67.964</b>	<b>77.538</b>	<b>64.057</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	106.221	38.832	62.324	38.832
PASEP	23.060	8.431	13.530	8.431
	<b>129.281</b>	<b>47.263</b>	<b>75.854</b>	<b>47.263</b>
	<b>210.255</b>	<b>115.227</b>	<b>153.392</b>	<b>111.320</b>

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

### b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	246.317	14.146	244.569	-
Contribuição Social	88.971	11.990	86.615	-
	<b>335.288</b>	<b>26.136</b>	<b>331.184</b>	-
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	518.851	531.767	443.232	473.784
Contribuição Social	186.786	191.435	159.563	170.561
	<b>705.637</b>	<b>723.202</b>	<b>602.795</b>	<b>644.345</b>
	<b>1.040.925</b>	<b>749.338</b>	<b>933.979</b>	<b>644.345</b>

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

## 16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado IFRS							
FINANCIADORES	30/09/2010						31/12/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	-	-	-	5.877
B.N.P. Paribas	2.012	5,89	EURO	2.596	1.286	3.882	7.146
Dívida referente a Moeda Estrangeira				<b>2.596</b>	<b>1.286</b>	<b>3.882</b>	<b>13.023</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	274.776	484.111	758.887	736.520
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	28.896	59.305	88.201	91.774
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.344	30.000	31.344	31.900
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	40.649	900.000	940.649	914.255
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	53.401	109.640	163.041	172.930
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.901	-	25.901	25.157
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	784	1.551	2.335	3.188
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.035	113.189	121.224	124.159
Bradesco S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	46.331	97.687	144.018	139.163
Bradesco S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	608	1.365	1.973	1.821
Bradesco S.A	2010	CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	21.029	238.816	259.845	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$		40.476	40.476	37.053
Debêntures (1) (3)	2015	IPCA + 7,68 (*)	R\$	62.764	1.169.832	1.232.596	-
Debêntures (1) (3)	2015	IPCA + 7,68(**)	R\$	(475)	(1.568)	(2.043)	-
Debêntures (1) (3)	2012	CDI + 0,90(*)	R\$	114.794	1.566.000	1.680.794	-
Debêntures	2012	CDI + 0,90(*) FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	(1.643)	(482)	(2.125)	-
ELETROBRÁS	2013		R\$	12.512	27.110	39.622	48.265
Santander do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	7.636	14.857	22.493	30.471
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	79.465	93.852	173.317	184.004
BNDES (3)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	352.862	352.862	134.660
Debêntures(3)	2013	IPCA	R\$	-	175.735	175.735	161.824
CEF S/A	2022	TJLP+3,50	R\$	8.776	85.297	94.073	64.170
CEF S/A	2021	TJLP+3,50	R\$	5.241	49.355	54.596	56.122
CEF S/A	2022	TJLP+3,50	R\$	6.390	61.236	67.626	88.957
BNDES	2016	TJLP	R\$	53.977	355.764	409.741	277.180
BNDES	2024	TJLP +2,56	R\$	4.979	66.883	71.862	-
DEBENTURES	2015	CDI +1,30%	R\$	4.629	195.592	200.221	-
DEBENTURES	2015	IPCA+7,91	R\$	1.840	143.001	144.841	-
BNDES	2013	TJLP	R\$	11.765	82.273	94.038	-
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	-	-	-	180.472
Outros	-	Diversos	R\$	19.126	148.039	167.165	242.506
Dívida em Moeda Nacional	-			<b>893.530</b>	<b>6.661.778</b>	<b>7.555.308</b>	<b>6.806.271</b>
Total Geral Consolidado				<b>896.126</b>	<b>6.663.064</b>	<b>7.559.190</b>	<b>6.819.294</b>

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (3) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08:
- (\*) Taxa contratual;
- (\*\*) Taxa efetiva do custo de transação.

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Euro	22	2.573	1.287	-	-	-	-	-	3.882
	<b>22</b>	<b>2.573</b>	<b>1.287</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.882</b>
<b>Indexadores</b>									
UMBND\$	1.401	5.383	5.932	6.536	7.100	7.778	7.891	115	42.136
Índice Geral de Preços –									
Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	40.476	40.476
Índice Interno da Eletrobrás –									
FINEL	3.128	12.512	12.512	11.470	-	-	-	-	39.622
Índice Preço ao Consumidor									
Amplio-IPCA	52.252	12.053	115.032	493.783	433.640	445.948	-	-	1.552.708
Certificado Depósito									
Interbancário – CDI	605.497	662.205	2.271.362	558.605	367.963	67.540	1.185	-	4.534.357
URTJ	25.901	101.239	107.355	113.182	136.582	142.678	196.476	522.596	1.346.009
	<b>688.179</b>	<b>793.392</b>	<b>2.512.193</b>	<b>1.183.576</b>	<b>945.285</b>	<b>663.944</b>	<b>205.552</b>	<b>563.187</b>	<b>7.555.308</b>
	<b>688.201</b>	<b>795.965</b>	<b>2.513.480</b>	<b>1.183.576</b>	<b>945.285</b>	<b>663.944</b>	<b>205.552</b>	<b>563.187</b>	<b>7.559.190</b>

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/09/2010	Variação Acumulada em 2010	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/09/2010	Variação Acumulada em 2010
	%	%		%	%
Euro	4,81	(7,85)	IGP-M	2,09	7,89
			FINEL	0,41	1,54
			CDI	2,57	6,97

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>6.819.294</b>	<b>5.623.795</b>
Saldo inicial de Controlada adquirida	378.771	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.367.826	2.755.316
Variação monetária e cambial	32.730	31.084
Encargos financeiros provisionados	509.477	398.235
Ajuste a Valor Presente	(7.535)	(7.535)
Encargos Financeiros Pagos	(266.559)	(203.782)
Amortização de financiamentos	(3.268.637)	(2.849.945)
Amortização custo transação	(5.664)	(5.663)
Outros	(513)	1.496
<b>Saldo em 30 de setembro de 2010</b>	<b>7.559.190</b>	<b>5.743.001</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

## Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de setembro e 31 de dezembro.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 30 de setembro de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia S.A. possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A. com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2010.

## 17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	17.549	19.104	16.650	18.629
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	8.633	4.608	8.633	4.608
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.173	5.410	6.173	5.410
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.605	1.480	1.605	1.386
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFRA	3.286	2.558	3.286	2.558
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	2.374	2.380	2.082	2.229
Pesquisa e Desenvolvimento	80.306	67.000	74.481	63.584
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.187	1.175	1.041	1.115
	<b>121.113</b>	<b>103.715</b>	<b>113.951</b>	<b>99.519</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>49.410</b>	<b>44.449</b>	<b>42.248</b>	<b>40.253</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>71.703</b>	<b>59.266</b>	<b>71.703</b>	<b>59.266</b>

## 18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar, aos seus associados, participantes e aos seus dependentes, complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao Plano Previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes Planos de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pela Companhia na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo Ativo, no valor de R\$664.491, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes, ativos e assistidos, que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos, neste Plano, 2 empregados na ativa e 10 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém, ainda, de modo independente aos Planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do Prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um Plano de saúde e um Plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

## Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da Gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no Plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais Planos Odontológico e Previdenciário nesta entidade. A partir de 1º de outubro de 2010, o plano de saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

## Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2009.

Em função da pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Parte da Obrigação Actuarial, com benefícios pós-emprego, no montante de R\$197.846, em 30 de setembro de 2010 (R\$205.264 em 31 de dezembro de 2009), foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, por meio de prestações mensais, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade) e, para o Plano Saldado, reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no Passivo Líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	205.264	120.993	6.221	97.481	429.959
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	17.190	9.843	420	7.509	34.962
Contribuições Pagas	(23.435)	(8.118)	(132)	(1.724)	(33.409)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2010	199.019	122.718	6.509	103.266	431.512
<b>Passivo Circulante</b>	17.526	-	-	-	17.526
<b>Passivo Não Circulante</b>	181.493	122.718	6.509	103.266	413.986

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

## 19 . PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2010
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	245	239	(25)	459
<b>Cíveis</b>				
Ambiental	7.457	(3.408)	(172)	3.877
Outras	1.262	1.280	-	2.542
<b>Fiscais</b>				
Outras	99	89	(102)	86
<b>Regulatórios</b>				
ANEEL	596	137	(575)	158
<b>Total</b>	<b>9.659</b>	<b>(1.663)</b>	<b>(874)</b>	<b>7.122</b>

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2010
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	245	239	(25)	459
<b>Cíveis</b>				
Ambiental	7.457	(4.178)	(172)	3.107
Outras	1.204	1.074	-	2.278
<b>Fiscais</b>				
Outras	99	90	(102)	87
<b>Regulatórios</b>				
ANEEL	596	137	(575)	158
<b>Total</b>	<b>9.601</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(874)</b>	<b>6.089</b>

## Processos Administrativos de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$3.107, que está devidamente provisionado.

## Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações contábeis, demonstrados os principais a seguir:

### Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu efetuar os depósitos judiciais no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas.



## Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$106.364 em 30 de setembro de 2010 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve, em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

## 20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2010, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Em 29 de setembro de 2010, a Diretoria Executiva, aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, a ser compensado com o Dividendo Mínimo Obrigatório, no montante de R\$89.278, fazendo jus os acionistas que tiveram seus nomes incritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 28 de setembro de 2010. Dessa forma, a destinação total de Juros Sobre Capital Próprio no período de janeiro a setembro de 2010 foi de R\$159.156, com benefícios fiscais de R\$54.113.

## 21 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	2.694.452	2.655.231	2.665.967	2.621.283
Receita de uso da rede – com impostos	500.867	509.846	572.766	509.846
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	109.200	1.347	-	-
Receita de Infra-estrutura – com impostos	67.821	67.075	-	-
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	253.078	-	-	-
Outras receitas operacionais	20.501	16.951	20.381	16.951
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas acima	(742.896)	(660.016)	(720.696)	(658.181)
	<b>2.903.023</b>	<b>2.590.434</b>	<b>2.538.418</b>	<b>2.489.899</b>

## (a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh (**)		R\$	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Industrial	13.617.217	12.161.980	1.526.629	1.308.430
Comercial	36.010	3.441	6.414	9.604
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	20.391	(19.723)
	<b>13.653.227</b>	<b>12.165.421</b>	<b>1.553.434</b>	<b>1.298.311</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	10.958.888	11.514.114	1.032.260	1.216.570
Transações com energia na CCEE (***)	2.401.305	1.577.657	90.312	117.022
Vendas no Proinfa	39.400	-	18.446	23.328
<b>Total</b>	<b>27.052.820</b>	<b>25.257.192</b>	<b>2.694.452</b>	<b>2.655.231</b>

(\*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes;

(\*\*) Informações não revisada pelos Auditores Independentes;

(\*\*\*) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

## (b) Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro.

## (c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>Impostos sobre a Receita</b>				
ICMS	270.375	241.975	269.026	240.498
COFINS	251.004	220.697	241.353	220.403
PIS-PASEP	54.488	53.127	52.398	53.063
ISSQN	458	365	438	365
	<b>576.325</b>	<b>516.164</b>	<b>563.215</b>	<b>514.329</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>				
Reserva Global de Reversão – RGR	70.590	68.028	64.056	68.028
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	27.145	20.610	27.145	20.610
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	28.892	18.513	28.892	18.513
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.419	10.010	8.861	10.010
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	8.861	9.883	8.861	9.883
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.430	4.942	4.431	4.942
PROINFA	15.234	11.866	15.235	11.866
	<b>166.571</b>	<b>143.852</b>	<b>157.481</b>	<b>143.852</b>
	<b>742.896</b>	<b>660.016</b>	<b>720.696</b>	<b>658.181</b>

## 22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Pessoal (a)	216.680	235.517	203.378	235.080
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	27.396	21.947	27.396	21.947
Obrigações Pós-emprego	18.944	21.936	18.944	21.936
Materiais	14.943	10.339	12.071	10.058
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	4.070	-	4.070
Serviços de Terceiros (b)	104.848	88.816	80.185	88.233
Depreciação e Amortização	283.354	320.751	272.226	297.402
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	100.774	105.163	100.713	105.163
(Reversão) Provisões Operacionais	(6.230)	911	(5.995)	911
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	192.809	208.356	199.287	208.356
Energia Elétrica Comprada para Revenda	242.334	116.716	242.270	116.227
Custo de Construção	67.821	67.075	-	-
Outros Custos de Operação	120.034	75.391	113.168	74.557
	<b>1.383.707</b>	<b>1.276.988</b>	<b>1.263.643</b>	<b>1.183.940</b>

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Remunerações e Encargos	184.894	176.938	171.592	176.501
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.060	11.408	11.060	11.408
Benefícios Assistenciais	18.932	18.463	18.932	18.463
	214.886	206.809	201.584	206.372
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(9.773)	(12.391)	(9.773)	(12.391)
	<b>205.113</b>	<b>194.418</b>	<b>191.811</b>	<b>193.981</b>
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	11.567	41.099	11.567	41.099
	<b>216.680</b>	<b>235.517</b>	<b>203.378</b>	<b>235.080</b>

### Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro, para os empregados que fizeram a adesão ao PDV, corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam, ainda, dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e Plano de Saúde, pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 249 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$46.183 sendo a maior parte desse reconhecimento no exercício de 2009.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Comunicação	4.789	3.096	3.514	3.085
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	16.545	7.733	13.078	7.733
Conservação e Limpeza de Prédios	13.058	12.582	13.180	12.578
Mão de Obra Contratada	3.077	3.899	2.894	3.899
Fretes e Passagens	2.658	2.789	2.686	2.788
Hospedagem e Alimentação	4.496	3.687	3.715	3.664
Vigilância	7.793	6.300	6.770	6.300
Consultoria	7.787	6.447	-	6.325
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	2.162	2.082	2.150	2.082
Manutenção e Conservação de Veículos	3.572	2.698	3.317	2.697
Energia Elétrica	3.166	3.345	2.787	3.342
Meio Ambiente	11.530	9.486	11.175	9.486
Outros	24.215	24.672	14.919	24.254
	<b>104.848</b>	<b>88.816</b>	<b>80.185</b>	<b>88.233</b>

## 23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	178.687	90.774	165.529	89.995
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4.376	1.452	4.372	1.452
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(1.093)	7	(979)	7
Variações Cambiais	1.155	34.208	1.155	34.208
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(402)	(248)	(388)	(248)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	648	2.818	648	2.818
Ajuste a Valor Presente	16.277	1.486	16.277	1.486
Outras	22.662	22.700	14.212	18.722
	<b>222.310</b>	<b>153.197</b>	<b>200.826</b>	<b>148.440</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(467.224)	(220.754)	(394.067)	(216.601)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(31.600)	(92)	(31.600)	(92)
Variações Cambiais	(744)	(10)	(732)	(10)
Varição Monetária Concessão Onerosa	(21.903)	(5.942)	(21.903)	(5.942)
Encargos de Varição Monetária – Forluz	(16.017)	(16.158)	(16.017)	(16.158)
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	(480)	(40.303)	(480)	(40.303)
Ajuste a Valor Presente	(547)	(7.400)	(547)	(7.400)
Outras	(45.355)	(43.473)	(31.131)	(37.914)
	<b>(583.870)</b>	<b>(334.132)</b>	<b>(496.477)</b>	<b>(324.420)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(361.560)</b>	<b>(180.935)</b>	<b>(295.651)</b>	<b>(175.980)</b>

## 24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são Controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	186.234	917.054	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	-	5.715	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	2.671	668	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Distribuição S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	-	-	196	34.739	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica <sup>(1)</sup>	14.601	25.296	370	-	89.734	58.582	(3.757)	(17.808)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Energia <sup>(2)</sup>	14.333	13.429	3.186	4.093	97.670	30.798	(50.678)	(3.827)
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	228	12.225	-	-	-	-	-	-
<b>Light S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica <sup>(1)</sup>	-	-	102	52	12.058	5.683	3.484	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Energia <sup>(2)</sup>	106	72	1	1	2.968	1.146	2.968	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	39.050	42.069	27.842	26.736	(270.375)	(241.975)	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	-	7.742	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	40.476	37.053	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - Circulante (3)	-	-	17.526	18.895	-	-	(23.183)	(21.999)
Outros	-	-	2.232	8.538	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - Não Circulante <sup>(3)</sup>	-	-	233.102	411.064	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(11.060)	(11.408)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.762)	(2.156)
<b>OUTROS</b>								
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladas ou Controladores	13	13	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui Contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrentes do leilão público de energia existente, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.
- (3) Parte dos Contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 16 e serão amortizados até o exercício de 2024.
- (4) As operações com ICMS, registradas nas Demonstrações Contábeis, referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade com a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão, referentes aos empregados participantes do Plano Misto (Vide Nota Explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais, em conformidade com o Regulamento do Fundo.
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do Setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 16, 18, 21, 22 e 23.

## 25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas Controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente, registrados de acordo com o Regime de Competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros, ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, as Aplicações Financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2010	31/12/2009
<b>Ativos Financeiros:</b>		
Caixa e equivalentes de Caixa	2.417.623	3.043.715
Créditos com consumidores	366.978	610.876
Depósitos vinculados	115.455	89.245
Créditos com controladas	4.353	18.244
	<b>2.904.409</b>	<b>3.762.080</b>
<b>Passivos Financeiros:</b>		
Fornecedores	161.026	147.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.559.190	6.819.294
Concessões a pagar	69.987	73.441
	<b>7.790.203</b>	<b>7.040.288</b>

## a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa, alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma Consultoria Externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### *Risco de taxas de câmbio*

A exposição da Cemig Geração e Transmissão ao risco de elevação das taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/09/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos ( <i>Nota 16</i> )	-	5.877
( - ) Operações contratadas de hedge/swap	-	75.000
		<b>80.877</b>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos ( <i>Nota 16</i> )	3.882	7.146
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>3.882</b>	<b>88.023</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2011, será de 2,60% (Euro R\$2,25). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos, nos resultados, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Atual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	3.882	3.781	4.726	5.671
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>3.882</b>	<b>3.781</b>	<b>4.726</b>	<b>5.671</b>
<b>Efeito Líquido da Depreciação Cambial</b>		<b>101</b>	<b>(844)</b>	<b>(1.789)</b>

### Risco de Taxa de juros

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não se encontra exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas Controladas ocorre em função do Passivo Líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	31/12/2009
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.363.356	3.023.205
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	75.000
	2.363.356	3.098.205
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(4.534.357)	(5.607.641)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	(120.000)
	(4.534.357)	(5.727.641)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(2.171.001)</b>	<b>(2.629.436)</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a taxa Selic, em 30 de setembro de 2011, será de 10,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa Selic.



Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Exposição Atual Selic 10,75%	Cenário Provável Selic 10,75%	Cenário Possível Selic 13,4375%	Cenário Remoto Selic 16,125%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	2.363.356	2.617.417	2.680.932	2.744.447
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	(4.534.357)	(5.021.800)	(5.143.661)	(5.265.522)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(2.171.001)</b>	<b>(2.404.383)</b>	<b>(2.462.729)</b>	<b>(2.521.075)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da SELIC</b>		<b>(233.382)</b>	<b>(291.728)</b>	<b>(350.074)</b>

### Risco de Liquidez

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

### *Risco de Crédito*

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos, eventualmente, em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas Controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, em que cada instituição é analisada, segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

### *Risco quanto à Escassez de Energia*

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas Hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas, em função do aumento de custos na aquisição de energia, ou redução de receitas, com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

### *Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas*

A Companhia e suas Controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento a essas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida, em 30 de setembro de 2010, e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor (Nota 16), de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

### *Risco de não renovação das concessões*

A Companhia e suas controladas possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não será impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

## b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Este Comitê, ao implementar planos de ação, objetiva, também, a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de riscos financeiros. ao implementar planos de ação.

### *Valor e tipo de margens dadas em garantia*

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, em 30 de setembro de 2010.

Direito da Companhia e suas Controlada	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	30/09/2010
<b>Madeira Energia S.A.</b>											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	202	(3.149)	202	(3.149)	32.232	(32.327)
						<u>202</u>	<u>(3.063)</u>	<u>202</u>	<u>(3.063)</u>	<u>32.232</u>	<u>(32.327)</u>

A contraparte da operação de Derivativos da Companhia é o banco Santander e os Contratos são de “swap” cambial. de indexador.

Não existe análise de sensibilidade em função da taxa ser pré-fixada.

### *Metodologia de cálculo do valor justo das posições*

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

## 26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro 2010	Valor justo em 30 de setembro de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Equivalentes de Caixa</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	2.078.126	-	2.078.126	-
Notas do Tesouro Nacional	149.090	149.090	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	47.684	47.684	-	-
Letras do Tesouro Nacional	20.287	20.287	-	-
Depósitos Overnight	68.169	-	68.169	-
	<b>2.363.356</b>	<b>217.061</b>	<b>2.146.295</b>	<b>-</b>

## Metodologia de cálculo do valor justo

- a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- b) Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swaps da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

## 27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

**PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009**

**(Em milhares de Reais)**

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/09/2010		30/09/2009		30/09/2010		30/09/2009	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia e Serviços	3.645.919		3.250.451		3.259.113		3.148.081	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	453		(52)		453		(52)	
	<u>3.646.372</u>		<u>3.250.399</u>		<u>3.259.566</u>		<u>3.148.029</u>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.334)		(116.716)		(242.270)		(116.227)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(192.809)		(208.356)		(199.287)		(208.356)	
Serviços de Terceiros	(104.848)		(88.816)		(80.185)		(88.233)	
Custo de Construção	(67.821)		(67.075)		-		-	
Matéria Prima	-		(4.070)		-		(4.070)	
Materiais	(14.943)		(10.339)		(12.071)		(10.058)	
Outros Custos Operacionais	(82.316)		(65.990)		(80.117)		(65.454)	
	<u>(705.071)</u>		<u>(561.362)</u>		<u>(613.930)</u>		<u>(492.398)</u>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.941.301</b>		<b>2.689.037</b>		<b>2.645.636</b>		<b>2.655.631</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(283.354)		(320.751)		(272.226)		(297.402)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>2.657.947</b>		<b>2.368.286</b>		<b>2.373.410</b>		<b>2.358.229</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		128.830		1.770	
Receitas Financeiras	222.712		153.444		201.214		148.687	
	<u>222.712</u>		<u>153.444</u>		<u>330.044</u>		<u>150.457</u>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>2.880.659</b>		<b>2.521.730</b>		<b>2.703.454</b>		<b>2.508.686</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		<b>%</b>		<b>%</b>		<b>%</b>		<b>%</b>
<b>Empregados</b>	<b>234.326</b>	<b>8,13</b>	<b>238.001</b>	<b>9,44</b>	<b>223.249</b>	<b>8,26</b>	<b>237.630</b>	<b>9,47</b>
Remuneração direta	159.330	5,53	140.896	5,59	150.380	5,56	140.546	5,60
Benefícios	52.818	1,83	53.735	2,13	51.287	1,90	53.714	2,14
FGTS	10.611	0,37	2.271	0,09	10.015	0,37	2.271	0,09
Outras	11.567	0,40	41.099	1,63	11.567	0,43	41.099	1,64
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.228.044</b>	<b>42,63</b>	<b>1.132.502</b>	<b>44,91</b>	<b>1.151.259</b>	<b>42,58</b>	<b>1.129.613</b>	<b>45,03</b>
Federais	954.557	33,14	888.626	35,24	879.645	32,54	887.427	35,37
Estaduais	272.279	9,45	242.709	9,62	270.370	10,00	241.048	9,61
Municipais	1.208	0,04	1.167	0,05	1.244	0,05	1.138	0,05
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>594.539</b>	<b>20,64</b>	<b>340.038</b>	<b>13,48</b>	<b>505.196</b>	<b>18,69</b>	<b>330.254</b>	<b>13,16</b>
Juros	584.748	20,30	334.130	13,25	496.478	18,36	324.419	12,93
Aluguéis	9.791	0,34	5.908	0,23	8.718	0,32	5.835	0,23
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>823.750</b>	<b>28,60</b>	<b>811.189</b>	<b>32,17</b>	<b>823.750</b>	<b>30,47</b>	<b>811.189</b>	<b>32,34</b>
Juros sobre Capital Próprio	159.156	5,53	159.790	6,34	159.156	5,89	159.790	6,37
Lucros Retidos	664.594	23,07	651.399	25,83	664.594	24,58	651.399	25,97
	<u>2.880.659</u>	<u>100</u>	<u>2.521.730</u>	<u>100</u>	<u>2.703.454</u>	<u>100</u>	<u>2.508.686</u>	<u>100</u>

## 28. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>823.750</b>	<b>811.189</b>	<b>823.750</b>	<b>811.189</b>
<b>OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE</b>				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(1.993)	-	(1.993)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>				
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	<u>821.757</u>	<u>811.189</u>	<u>821.757</u>	<u>811.189</u>

## 29 . DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	CEMIG - GT	TAESA	EÓLICAS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>13.147.726</b>	<b>2.826.848</b>	<b>367.430</b>	<b>926.102</b>	<b>(2.046.814)</b>	<b>15.221.292</b>
Disponibilidades	2.110.555	237.533	6.642	62.893	-	2.417.623
Contas a Receber	423.024	359.423	4.769	1.201	(3.971)	784.446
Outros Ativos	964.300	55.973	5.683	27.527	(1)	1.053.482
Ativo Financeiro da Concessão	747.645	2.164.730	-	641.895	-	3.554.270
Investimentos/Imobilizado	8.902.202	9.189	350.336	192.586	(2.042.842)	7.411.471
<b>PASSIVO</b>	<b>7.880.877</b>	<b>1.054.360</b>	<b>239.717</b>	<b>783.462</b>	<b>(3.972)</b>	<b>9.954.443</b>
Fornecedores e suprimentos	109.660	3.480	18.011	31.201	(1.326)	161.026
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	5.743.001	876.868	216.296	723.026	-	7.559.190
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	186.234	1	28	2.622	(2.650)	186.234
Obrigações Pós-Emprego	431.512	-	-	-	-	431.512
Outros Passivos	1.410.470	174.012	5.381	26.614	4	1.616.481
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.015.691</b>	<b>1.772.490</b>	<b>118.202</b>	<b>403.308</b>	<b>(2.042.842)</b>	<b>5.266.849</b>
<b>RESULTADO</b>						
Receita Operacional Líquida	2.538.418	270.196	17.839	84.139	(7.569)	2.903.023
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Pessoal	(203.378)	(12.698)	(99)	(505)	-	(216.680)
Participações dos Empregados	(27.396)	-	-	-	-	(27.396)
Obrigações Pós-Emprego	(18.944)	-	-	-	-	(18.944)
Materiais	(12.071)	(2.754)	(98)	(20)	-	(14.943)
Serviços de Terceiros	(80.185)	(22.547)	(1.384)	(732)	-	(104.848)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(100.713)	-	-	(61)	-	(100.774)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.270)	-	-	(64)	-	(242.334)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(199.287)	-	(813)	(278)	7.569	(192.809)
Depreciação e Amortização	(272.226)	4.957	(15.135)	(950)	-	(283.354)
Provisões Operacionais	5.995	235	-	-	-	6.230
Outras Despesas Líquidas	(113.168)	(5.119)	(966)	(68.602)	-	(187.855)
	(1.263.643)	(37.926)	(18.495)	(71.212)	7.569	(1.383.707)
Resultado do Serviço antes do Resultado Financeiro	1.274.775	232.270	(656)	12.927	-	1.519.316
Resultado Financeiro Líquido	(295.651)	(46.028)	(5.664)	(14.216)	-	(361.560)
Resultado antes dos Impostos	979.123	186.242	(6.320)	(1.289)	-	1.157.756
Imposto de Renda e Contribuição Social	(284.203)	(49.347)	25	(482)	-	(334.006)
<b>Resultado do Período</b>	<b>694.920</b>	<b>136.895</b>	<b>(6.295)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>-</b>	<b>823.750</b>



## 30 . DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR ATIVIDADE

DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	ELIMINAÇÕES	TOTAL
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.694.452	-	-	2.694.452
Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres	59.430	879.105	(7.569)	930.966
Outras Receitas Operacionais	16.620	3.881	-	20.501
Total - Receita Operacional	2.770.502	882.987	(7.569)	3.645.919
Deduções à Receita Operacional	(592.607)	(150.289)	-	(742.896)
Total - Rec Operacional Líquida	2.177.895	732.698	(7.569)	2.903.023
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>				
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.333)	-	-	(242.333)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(200.276)	(103)	7.569	(192.809)
Total - Custos Operacionais	(442.609)	(103)	7.569	(435.143)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>				
Pessoal e Administradores	(128.321)	(88.359)	-	(216.680)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(18.410)	(8.986)	-	(27.396)
Entidade de Previdência Privada	(18.944)	-	-	(18.944)
Materiais	(9.312)	(5.631)	-	(14.943)
Serviços de Terceiros	(64.907)	(39.941)	-	(104.848)
Depreciação e Amortização	(289.631)	6.276	-	(283.354)
Provisões Operacionais	6.494	(265)	-	6.230
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(100.774)	-	-	(100.774)
Outras	(101.880)	(85.976)	-	(187.855)
Total - Custo de Operação	(725.685)	(222.880)	-	(948.565)
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(1.168.294)</b>	<b>(222.983)</b>	<b>7.569</b>	<b>(1.383.708)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.009.601</b>	<b>509.715</b>	<b>-</b>	<b>1.519.316</b>
Resultado do Serviço	1.009.601	509.715	-	1.519.316
Despesa Financeira Líquida	(274.265)	(87.295)	-	(361.560)
Lucro antes da Tributação e Participações	735.336	422.420	-	1.157.756
Imposto de Renda e Contribuição Social	(306.194)	(44.416)	-	(350.611)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.989	(7.385)	-	16.605
<b>Resultado do Período</b>	<b>453.131</b>	<b>370.619</b>	<b>-</b>	<b>823.750</b>

## 31 . EVENTOS SUBSEQUENTES

### Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224.000,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), referente à data-base de 31/12/2010.

## DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### *Adoção das normas internacionais de contabilidade*

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados do 1º trimestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

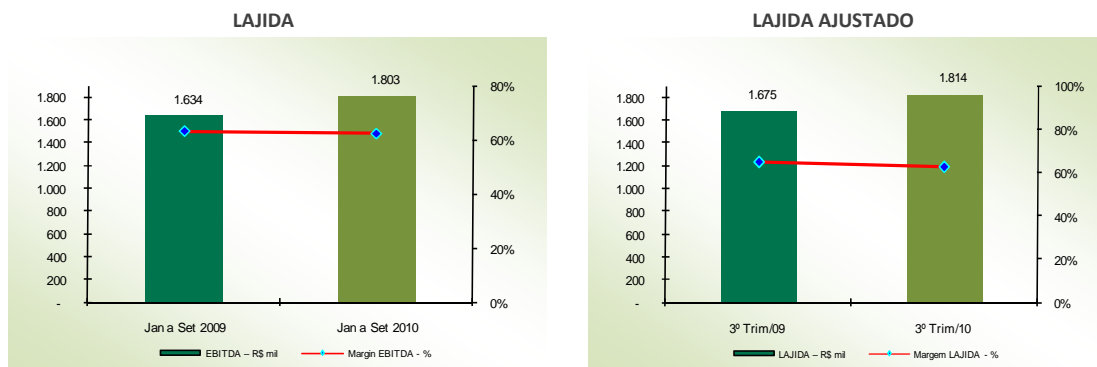
### *Resultado do Período*

A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro de 2010, um resultado líquido de R\$823.750, em comparação ao resultado líquido de R\$811.189 no período de janeiro a setembro de 2009, apresentando uma redução de 1,55%. Este resultado deve-se ao efeito positivo no resultado de 2010 em função da aquisição de controladas em 2009.

### *LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 10,31%, no período de janeiro a setembro de 2010 comparado ao período de janeiro a setembro de 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2010	30/09/2009	Var %
Resultado do Período	823.750	811.189	1,55
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	334.006	321.322	3,95
+ Resultado Financeiro Líquido	361.560	180.935	99,83
+ Amortização e Depreciação	283.354	320.751	(11,66)
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.802.670</b>	<b>1.634.197</b>	<b>10,31</b>
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	11.567	41.099	(71,86)
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>1.814.237</b>	<b>1.675.296</b>	<b>8,29</b>



Em decorrência do aumento das despesas operacionais, a margem do LAJIDA apresentou uma redução de 63,09%, em 2009, para 62,10% em 2010.

Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou um aumento de 8,36%. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA passou de 63,58% em 2009, para 67,19% em 2010.

O LAJIDA da Companhia foi positivamente afetado pelas empresas adquiridas em 2009, que contribuíram com um montante de R\$224.440 no período de janeiro a setembro de 2010.

### ***Fornecimento Bruto de Energia Elétrica***

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.694.452, no período de janeiro a setembro de 2010, em comparação a R\$2.655.231 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 1,48%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento da quantidade de energia elétrica fornecida consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$1.553.434, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$1.298.311 no período de janeiro a setembro de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 5,07%. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

### ***Receita de uso da rede***

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Companhia, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$610.067, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$511.193 no período de janeiro a setembro de 2009, com aumento de 19,34%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de transmissão e da aquisição da Transmissora de Energia Elétrica TAESA que contribuiu com uma receita de R\$256.097 em 2010.

### ***Impostos e Encargos incidentes sobre a receita***

Os Impostos e Encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$742.896 no período de janeiro a setembro de 2010 comparados a R\$660.016 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 12,56%. As principais variações nos impostos e encargos sobre a receita são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os encargos, referentes à CCC, foi de R\$28.892, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$18.513 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 56,06%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. O aumento da CCC em 2010 decorreu de alteração nos critérios, proposta pela ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE foi de R\$27.145, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$20.610 no período de janeiro a setembro de 2009, com aumento de 31,71%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Os demais encargos e impostos são calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.383.707, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$1.276.988, no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 8,36%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 às Informações Trimestrais.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

#### Pessoal

A despesa com pessoal, no período de janeiro a setembro de 2010, foi de R\$216.680 comparados a R\$235.517 no período de janeiro a setembro de 2009, com redução de 8,00%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com PDV, reconhecida, no período de janeiro a setembro de 2009, no montante de R\$41.099 contra R\$11.567 no mesmo período de 2010, associado à redução da quantidade de empregados que passou de 2.056, em setembro de 2009, para 1.860 em setembro de 2010.

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$242.334, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$116.716 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 107,63%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

#### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$104.848, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$88.816 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 18,05%, sendo a principal variação, nos gastos, com Manutenção e Conservação de Instalações e equipamentos elétricos.

Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$16.545, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$7.733 no período de janeiro a setembro de 2009, com aumento de 113,95%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com reajuste de Contratos e da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 22 às Informações Trimestrais.

### Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$283.354, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$320.751 no período de janeiro a setembro de 2009, representando uma redução de 11,66%. Este resultado decorre, substancialmente, da adoção das novas práticas contábeis em relação ao custo atribuído.

### Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$120.034, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$75.391 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 59,22%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com concessão onerosa, arrendamento e aluguéis e taxa de fiscalização.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$361.560, no período de janeiro a setembro de 2010, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$180.935 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 99,83%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 96,85% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$178.687, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$90.774 no período de janeiro a setembro de 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados ao trimestre do ano anterior;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$467.224, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$220.754 no período de janeiro a setembro de 2009. Este aumento decorre da captação de recursos, principalmente, da emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010 e da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor, utilizadas na liquidação das notas promissórias;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$31.600, apurada no período de janeiro a setembro de 2010, decorrente da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, no período de janeiro a setembro de 2010;

- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$15.730 no período de janeiro a setembro de 2010 comparada a uma despesa líquida de R\$5.914 no mesmo período de ano anterior. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. No período de janeiro a setembro de 2010 o IGPM apresentou variação positiva de 7,89% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 1,61%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$334.006 em relação ao lucro de R\$1.157.756, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,85%. No período de janeiro a setembro de 2009, a Companhia apurou despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$321.322 em relação ao lucro de R\$1.132.511, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,37%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 às Informações Trimestrais. Nos períodos de janeiro a setembro de 2010 e 2009, a Companhia destinou Juros sobre o Capital Próprio, nos montantes de R\$159.156 e R\$159.790, respectivamente, cujos benefícios fiscais, apurados, foram de R\$54.113 e R\$54.329, nessa ordem.

### **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2010 E 2009**

	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var. %
<b>RECEITA</b>	<b>1.072.074</b>	<b>920.430</b>	<b>16,48</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(70.611)	(65.584)	7,66
Participação dos Empregados	(11.326)	(5.730)	97,66
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(8.618)	(8.040)	7,19
Materiais	(5.607)	(3.623)	54,76
Serviços de Terceiros	(28.267)	(35.540)	(20,46)
Depreciação e Amortização	(99.165)	(122.209)	(18,86)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(34.811)	(35.073)	(0,75)
Provisões Operacionais	285	(359)	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(96.338)	(45.802)	110,34
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(56.830)	(65.942)	(13,82)
Custo de Construção	(22.607)	(22.358)	1,11
Outros Custos Operacionais	(46.174)	(39.485)	16,94
	<b>(480.069)</b>	<b>(449.745)</b>	<b>6,74</b>
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>592.005</b>	<b>470.685</b>	<b>25,78</b>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(127.344)	(62.637)	103,30
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>464.662</b>	<b>408.048</b>	<b>13,87</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(119.180)	(113.648)	(4,87)
<b>Resultado do Período</b>	<b>345.481</b>	<b>294.400</b>	<b>17,35</b>

### Resultado do Trimestre

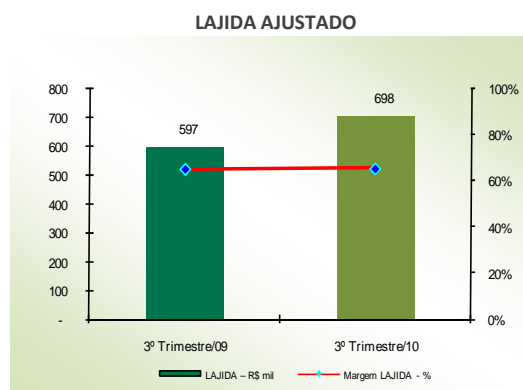
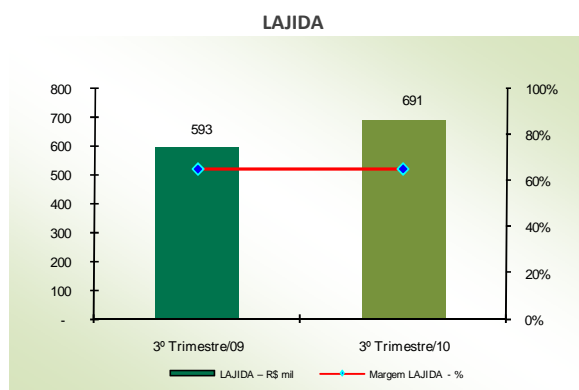
A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2010, um resultado líquido de R\$345.481, em comparação ao resultado líquido de R\$294.400 no terceiro trimestre de 2009, com aumento de 17,35%.

Como efeito positivo no resultado de 2010, destacamos o resultado líquido das empresas adquiridas no final de 2009, que contribuíram com um acréscimo de R\$49.587 ao lucro Líquido da Companhia, no terceiro trimestre de 2010.

*LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

O LAJIDA da Companhia, no terceiro trimestre de 2010 comparado ao terceiro trimestre de 2009, apresenta um aumento de 16,89%. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 16,90%.

LAJIDA	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var %
Resultado do Período	345.481	294.400	17,35
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	119.180	113.648	(4,87)
+ Resultado Financeiro Líquido	127.344	62.637	103,30
+ Amortização e Depreciação	99.165	122.209	(18,86)
<b>= LAJIDA</b>	<b>691.170</b>	<b>592.894</b>	<b>16,89</b>
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	6.483	3.896	66,36
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>697.653</b>	<b>596.790</b>	<b>16,90</b>



A margem do LAJIDA apresentou apenas uma pequena variação positiva, passando de 64,41% no terceiro trimestre de 2009 para 64,47% no terceiro trimestre de 2010.

O LAJIDA da Companhia foi positivamente afetado pelas empresas adquiridas no 4º trimestre de 2009, que contribuíram com um montante R\$101.859 no terceiro trimestre de 2010.



## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var. %	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var. %
Industrial	4.941.138	4.018.184	22,97	555.281	439.416	26,37
Comercial	15.458	1.296	1.092,75	415	3.371	(87,69)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	6.982	12.642	(44,77)
	<b>4.956.596</b>	<b>4.019.480</b>	<b>23,31</b>	<b>562.678</b>	<b>455.429</b>	<b>23,55</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.856.193	4.164.971	(7,41)	373.739	412.691	(9,44)
Transações com Energia na CCEE	166.227	548.999	(69,72)	27.648	23.695	16,68
Vendas Proinfra	21.708	-	-	9.044	23.328	(61,23)
<b>Total</b>	<b>9.000.724</b>	<b>8.733.450</b>	<b>3,06</b>	<b>973.109</b>	<b>915.143</b>	<b>6,33</b>

( \* ) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

( \*\* ) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$973.109, no terceiro trimestre de 2010, em comparação a R\$915.143 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 6,33%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento da quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres, um aumento de 23,31%. A receita com consumidores livres foi de R\$562.678, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$455.429 no terceiro trimestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, e contratos bilaterais, reduziu em 7,41%. Essa redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e ao redirecionamento da energia para clientes industriais.

### Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Companhia, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Companhia, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A receita de uso da rede foi de R\$202.740, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$204.064 no terceiro trimestre de 2009, uma redução de 0,65%.

### Impostos e Encargos incidentes sobre a receita

	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	98.176	78.163	25,60
COFINS	89.550	80.552	11,17
PIS-PASEP	19.440	17.489	11,16
ISSQN	195	(3)	-
	<b>207.361</b>	<b>176.201</b>	<b>17,68</b>
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	25.971	23.609	10,00
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.242	8.342	10,79
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	13.744	7.197	90,97
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.279	3.250	31,66
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	3.214	2.949	8,99
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.607	1.474	9,02
PROINFA	4.906	3.773	30,03
	<b>62.963</b>	<b>50.594</b>	<b>24,45</b>
	<b>270.324</b>	<b>226.795</b>	<b>19,19</b>

As principais variações nos Impostos e encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou um aumento de 90,97% nos períodos comparados.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 10,79% nos períodos comparados. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Os demais encargos e impostos são calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$480.069, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$449.745 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 6,74%. Esta variação decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda e Depreciação e Amortização.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$96.337, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$45.802 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 110,34%. Este resultado decorre de uma maior atividade de comercialização de energia em 2010.

#### Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$99.165, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$122.209 no terceiro trimestre de 2009, representando uma redução de 18,86%. Este resultado decorre, substancialmente, da adoção das normas práticas contábeis.

#### Pessoal

A despesa com pessoal, no terceiro trimestre de 2010, foi de R\$70.611, comparados a R\$65.584 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 7,66%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com Plano de Desligamento Voluntário, reconhecida, no terceiro trimestre de 2010, no montante de R\$6.483, contra R\$3.897 no mesmo período de 2009.

#### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$28.267, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$35.540 no terceiro trimestre de 2009, representando uma redução de 20,46%, sendo a principal redução referente a gastos, com Consultoria, um decréscimo de R\$11.537 entre os períodos comparados.

### Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/10	Terceiro Trim/09	Var. %
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Renda de Aplicação Financeira	58.109	27.375	112,27
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	980	472	107,63
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	1.704	-	-
Variações Cambiais	(193)	4.770	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	152	(40)	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(91)	949	-
Ajuste a Valor Presente	10.220	555	1.741,34
Outras	11.916	11.305	5,40
	<b>82.797</b>	<b>45.386</b>	<b>82,43</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(169.146)	(70.001)	141,63
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(1.575)	(92)	1.603,68
Variações Cambiais	(14)	(2)	604,77
Perdas com Instrumentos Financeiros	76	8.290	(99,08)
Ajuste a Valor Presente	(11.495)	3.915	-
Encargos Varição Monetária – Forluz	(3.035)	(4.658)	(34,84)
Varição Monetária Concessão Onerosa	(1.738)	(9.626)	(81,94)
Outras	(23.214)	(35.848)	(35,24)
	<b>(210.141)</b>	<b>(108.022)</b>	<b>94,53</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(127.344)</b>	<b>(62.637)</b>	<b>103,31</b>

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2010 com o terceiro trimestre de 2009, o resultado financeiro apresentou uma variação expressiva, passando de uma despesa de R\$62.637, em 2009, para uma despesa de R\$127.344 em 2010. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$30.734, na receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2010;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$169.146, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$70.001 no terceiro trimestre de 2009. Este aumento decorre, substancialmente, da captação de novos recursos, principalmente, da emissão das debêntures da Companhia em 2010;

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$119.180 em relação ao lucro de R\$464.662, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,65%. No terceiro trimestre de 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$133.648 em relação ao lucro de R\$408.048, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,85%. Nos segundos trimestres de 2010 e 2009, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R\$30.355 e R\$17.902, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

\*\*\*\*\*

## RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, ambas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões especiais das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$233,2 milhões em 30 de setembro de 2010, representando 1,8% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 totalizou R\$18,2 milhões de prejuízo, representando -2,2% do resultado do período, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.159,0 milhões em 30 de setembro de 2010, representando 7,6% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Cemig Geração e Transmissão S.A.. acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 14 de dezembro de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 11 de novembro de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.
7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia possui ativos e passivos registrados relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

8. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de setembro de 2010 totalizavam R\$5.604,7 milhões, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$560,5 milhões no ativo imobilizado.
  
9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRCMG058176/O-0